

notícias da FEDERAÇÃO



Jornal da FNE ano XV - nº1 Especial Janeiro de 2004 preço 1 euro bimensal Directora: Manuela Teixeira

23 | Janeiro | 2004

Greve na Educação

- Contra a diminuição dos salários
- Pela estabilidade de emprego
- Pela negociação
- Contra a imposição

Greve Educação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

Notícias da Federação

Jornal da FNE
Ano XV - Nº 1 Especial Janeiro 2004

Preço : 1 Euro

Periodicidade
Bimensal

Proprietário:
*Federação Nacional dos Sindicatos da
Educação*

Directora:
Maria Manuela Teixeira

Colaboradores:
*João Dias da Silva
Paula Borges*

Design Gráfico:
Paula Melo

Sindicatos Membros
*Sindicato dos Professores da Zona Norte
Sindicato dos Professores da Zona Centro
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa
Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira
Sindicato dos Professores das Comunidades
Lusíadas
Sindicato Nacional dos Delegados e
Subdelegados Escolares
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e
Auxiliares de Educação da Zona Norte
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e
Auxiliares de Educação da Zona Centro
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e
Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões
Autónomas*

Impressão:
*Tipografia Nunes
Rua D. João IV, 590
Porto*

Redacção:
Rua Pereira Reis, 399 - 4200 Porto

Distribuição:
FNE

Registo na D.G.C.S.
Nº 115519

Nº Depósito Legal
53657/92

Tiragem:
50 000

Pela estabilidade de emprego

Milhares de professores ficaram desempregados no ano de 2003/2004 e muitos outros mantêm-se, ano após ano, com contratos anuais.

Milhares de trabalhadores não docentes estão com Contrato Administrativo de Provimento e, apesar dos compromissos assumidos por diferentes Governos de lhes abrir concurso para ingresso nos quadros, tal compromisso ainda não foi concretizado e está, neste momento, perigosamente posto em causa.

Entretanto, o Governo apresentou ao Parlamento uma proposta de Lei que prevê a institucionalização do contrato Individual de Trabalho na Administração Pública o que constitui um passo inaceitável que conduzirá inevitavelmente à precarização do emprego, criando instabilidade no sector, com consequências gravíssimas para o normal funcionamento das escolas.

Os primeiros sacrificados a esta nova política serão os trabalhadores não docentes mas a eles podem seguir-se os professores.

Foi para lutar contra esta situação que a FNE deliberou recorrer à greve no próximo dia 23 de Janeiro, numa acção que entendemos ser um imperativo moral para quem quer lutar por um trabalho estável, por condições que permitam aos profissionais da Educação **olhar o futuro com esperança.**

GREVE na Educação

23 de Janeiro

Pela negociação. Contra a imposição

Ao longo dos anos a FNE tem dado amplas provas de ser uma organização sindical responsável, disposta a encontrar consensos que permitam melhorar a situação sócio-profissional dos trabalhadores da educação sem ignorar os particulares constrangimentos com que, em diferentes momentos, o País se tem confrontado. Tal posição decorre, aliás, da orientação reformista do sindicalismo que professa e que procura, permanentemente, articular os interesses de grupos específicos com os interesses mais gerais dos portugueses.

Ao longo dos anos a FNE celebrou mais acordos do que decretou greves e aquelas que decretou foram, múltiplas vezes, a antecâmara de acordos essenciais para os professores, para os trabalhadores não docentes e para a educação em geral.

Se ao nível do Ministério da Educação vários processos têm sido resolvidos por acordo – ainda que se adensem todas as dúvidas sobre o processo negocial relativo aos trabalhadores não docentes –, no nível mais geral da Administração Pública as negociações não têm passado de um simulacro ou não têm sido sequer realizadas.

O que ocorreu com a alteração do sistema de aposentações e o que tem vindo a ser o debate sobre as reformas da Administração Pública, com grave incidência na questão do Contrato Individual de Trabalho, são prova evidente do que afirmamos. A culminar esta situação confrontamo-nos com um processo de revisão salarial que se iniciará formalmente em 9 de Janeiro quando devia ter-se iniciado em Setembro. As perspectivas para esta negociação são muito más se tivermos em conta os “aumentos” definidos para o salário mínimo nacional e para as pensões.

Sabemos que o País atravessa dificuldades económicas graves mas tal facto não pode justificar o verdadeiro atentado ao direito de negociação com que os trabalhadores se confrontam.

Urge mudar de política e respeitar os trabalhadores. É isso que diremos ao Governo no próximo dia **23 de Janeiro**, numa **GREVE** que reunirá os Trabalhadores da Educação com todos os seus colegas da Administração Pública.

Maria Manuela Teixeira

Contra a diminuição dos salários

Quanto vale o seu salário? ou A evolução dos salários reais

Ao longo dos últimos cinco anos (desde 1999) os salários dos trabalhadores da educação tem conhecido uma degradação acentuada.

Tal deve-se ao facto de se terem registado valores de inflação superiores aos aumentos que os sucessivos Governos têm entendido oferecer à Administração Pública.

Assim

Ano	Inflação	Aumento salarial
2000	2,9%	2,5%
2001	4,4%	3,71%
2002	3,6%	2,75%

O panorama é trágico e qualquer um, mesmo que não muito “bom” em matemática, consegue olhar para os números e perceber que algo vai mal, mesmo muito mal para aqueles que o Estado emprega.

E, se o panorama entre 2000 e 2002 é inaceitável, hesitamos em classificar o que aconteceu no ano de 2003. Recordemos a decisão do Governo

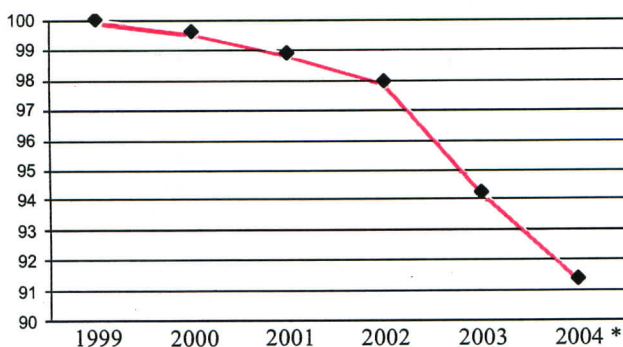
num ano em que se virá a registar uma taxa de inflação de 3,3%: os trabalhadores da Administração Pública que têm uma remuneração base de valor igual ou inferior 1009 Euros viram o seu salário ser aumentado em 1,5%. Os outros não tiveram qualquer aumento. Isto é, receberam em 2003 o mesmo que recebiam em 2002 (mas os preços não pararam, aumentaram).

Neste percorrer da evolução dos salários convirá ainda dizer que os trabalhadores da educação (docentes e não docentes) em altíssima percentagem recebem salários acima dos 1009 Euros pelo que em 2003 tiveram uma perda brutal de salário.

E o que se vai passar em 2004? A negociação salarial a começar apenas em 9 de Janeiro - depois de convocada a greve, quando já deveria estar concluída; entretanto para todos quantos não tiveram aumento em 2003 o salário continua a ser o de 2002!

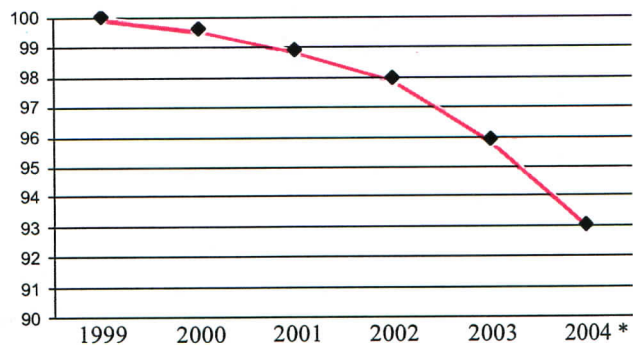
Nos gráficos que a seguir apresentamos pode observar-se como a evolução dos nossos salários tem ocorrido. Assim e tomando como base 100 podemos ver o que os nossos salários diminuíram entre 2000 e 2004.

Evolução dos salários reais dos trabalhadores da educação (docentes e não docentes) que têm como remuneração base valor igual ou superior a 1008,57 Euros



* no caso de não haver actualização salarial em 2004

Evolução dos salários reais dos trabalhadores da educação (docentes e não docentes) que têm como remuneração base valor inferior a 1008,57 Euros



* no caso de não haver actualização salarial em 2004

GREVE na Educação
23 de Janeiro